

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.188.470 - SP (2017/0257055-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : LUIS CLAUDIO BARBOSA
ADVOGADOS : LUIZ ALBERTO VICENTE - SP073060
RAFAEL ALVARENGA STELLA - SP311761
ABEL VICENTE NETO - SP276737
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. DOENÇA DO ALCOOLISMO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRORROGAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. POSTERIOR CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E NESSA PARTE, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

1. Cuida o caso concreto de trabalhador segurado que possui a doença do alcoolismo, sendo diagnosticado alcoolista crônico desde os 15 anos de idade.
2. Pretende o segurado ver restabelecido auxílio-doença com posterior conversão em aposentadoria por invalidez.
3. Em preliminar, cumpre consignar que não configura cerceamento de defesa o indeferimento da prova testemunhal, porque consoante § 1º do artigo 42 da Lei 8.213/1991, a prova da incapacidade laboral se faz por perícia médica, primordialmente.
4. Quanto à aplicação do § 2º do artigo 42 da Lei 8.213/1991 o Tribunal *a quo* afirmou que dúvidas não restam de que o segurado já se apresentava relativamente incapacitado desde antes de reingressar no sistema previdenciário, mas que se mostrava apto à reingressar no mercado de trabalho, pois o alcoolismo não estaria ativo.
5. Não se nega a possibilidade em tese de que a superveniente incapacidade laboral decorrente de doença preexistente à filiação no Regime seja coberta pelo seguro social. O que não se permite é a cobertura social à incapacidade preexistente à filiação ao Regime. Portanto, a doença pode ser preexistente, não a incapacidade.
6. A preexistência ou não da incapacidade é questão a ser esclarecida com base em técnica pericial. No contexto traçado pelo Tribunal *a quo*, que prestigiou a perícia do juízo no que toca ao restabelecimento do

Superior Tribunal de Justiça

auxílio-doença em razão de o agravante não ter tido recaída alcóolica após internação para desintoxicação, apenas revolvendo os fatos e provas seria possível enfrentar o respectivo pedido; o recurso especial não é a sede adequada para tanto, recaindo ao ponto a Súmula 7/STJ.

7. Agravo conhecido para conhecer em parte do recurso especial e nessa parte negar-lhe provimento. Sem honorários de advogado, pois não fixados pelas instâncias ordinárias.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, conheceu do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator